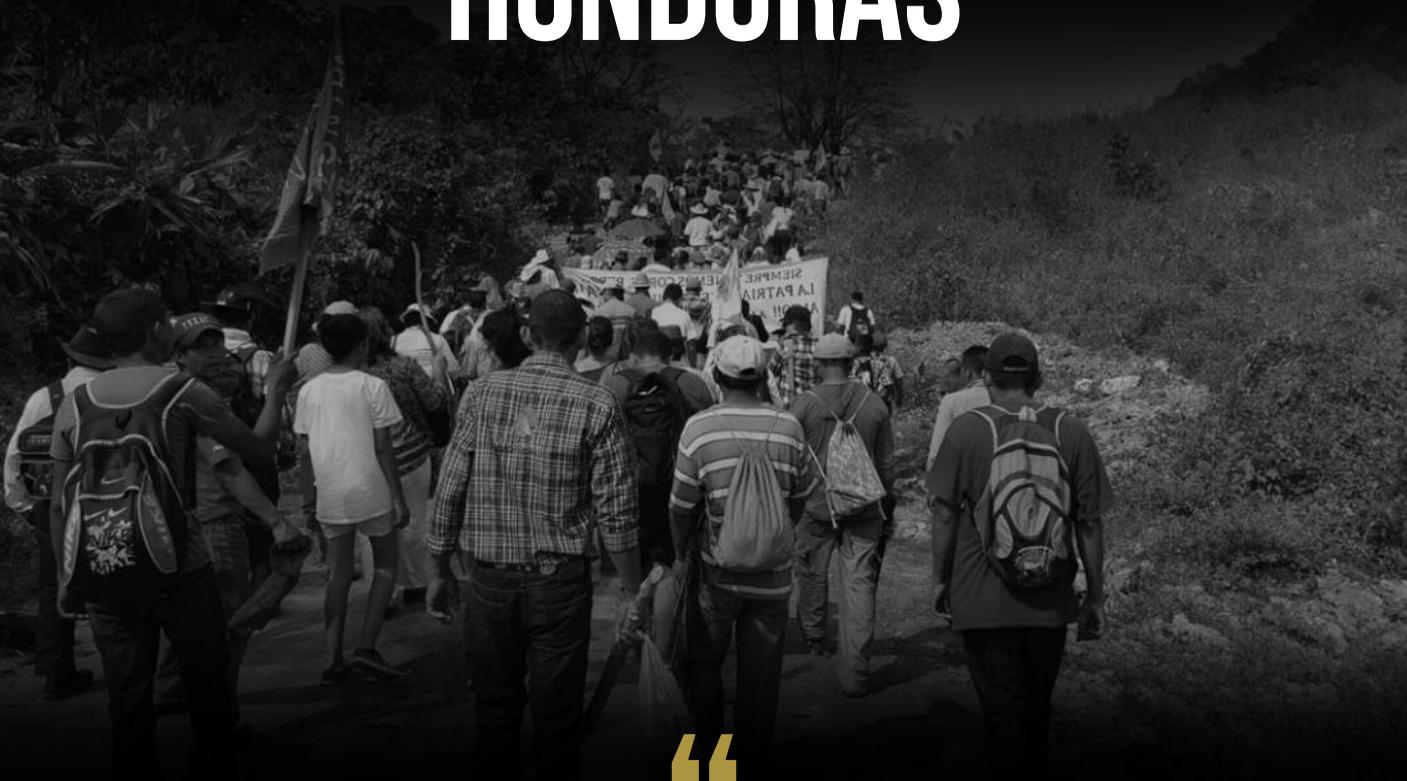


HONDURAS



“

A JÁ FRÁGIL SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM HONDURAS, QUE SOFRE COM ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA, DEVE SE DETERIORAR AINDA MAIS, A MENOS QUE HAJA UMA VERDADEIRA RESPONSABILIZAÇÃO PELAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, E SEJAM EMPREENDIDAS REFORMAS PARA LIDAR COM A PROFUNDA POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO PAÍS

”

**ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS,
ZEID RA'AD AL-HUSSEIN**

PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS EM HONDURAS SOFREM EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, DESAPARECIMENTOS FORÇADOS, tortura, maus-tratos, perseguição judicial, ameaças e estigmatização. Jornalistas, advogados/as, procuradores/as de justiça, defensores/as de direitos das comunidades LGBTI, indígena e afro-hondurenha e os/as que trabalham com questões ambientais e fundiárias estão particularmente em risco.¹⁴⁷ Pessoas defensoras LGBTI em Honduras são duplamente discriminadas. Elas são discriminadas, em primeiro lugar, porque são defensoras de direitos humanos e, em segundo lugar, porque defendem os direitos LGBTI.¹⁴⁸ Jornalistas continuam a enfrentar riscos quando denunciam violações de direitos humanos. Ameaças constantes, assédio e assassinatos de jornalistas levaram muitos/as a se autocensurarem. Desde o golpe militar de 2009, o número de assassinatos, ameaças e atos de intimidação contra pessoas defensoras de direitos de camponeses/as e de direitos ambientais aumentou. Os autores de violações contra defensores e defensoras de direitos ambientais, à terra e indígenas são frequentemente proprietários de terras influentes ou empresas madeireiras.¹⁴⁹

Em 2017, a Comissão da Verdade e Reconciliação, estabelecida em consonância com o Acordo de Tegucigalpa/San José,¹⁵⁰ concluiu que as causas do golpe de Estado em 2009 estavam enraizadas nas profundas desigualdades da sociedade hondurenha, bem como na natureza disfuncional do Estado. A Comissão formulou 84 recomendações para lidar com as fragilidades institucionais e estabeleceu um mapa do caminho para a reconciliação nacional.¹⁵¹ Muitas dessas recomendações ainda não foram implementadas, mas continuam a ser relevantes, em particular no que diz respeito ao fortalecimento da democracia, reforma constitucional, responsabilização pelas violações de direitos humanos e reforma do sistema eleitoral.¹⁵² A Unidade de Acompanhamento da Comissão foi dissolvida pelo governo após a apresentação do seu relatório em 2013.

Crimes violentos estão em ascensão desenfreada em Honduras. Esforços para reformar as instituições responsáveis por prover segurança pública tiveram poucos progressos. Eivados pela corrupção e abuso, o Judiciário e a polícia permanecem em grande parte ineficazes. A impunidade em crimes e violações de direitos humanos é a norma.¹⁵³ Em seu Relatório Anual para 2016, a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Honduras (Comisionado Nacional de Derechos Humanos CONADEH)¹⁵⁴ afirmou que “apesar dos avanços institucionais em Honduras, há uma contradição óbvia entre os direitos estabelecidos na Constituição da República, a qual defende, como sua mais alta prioridade, o bem-estar progressivo do povo, e a realidade enfrentada pela maioria dos hondurenhos, que vivem em condições de extrema privação em decorrência da pobreza e exclusão social”.¹⁵⁵

Existem muitas causas para a violência no país, mas o tráfico de drogas e a atividade criminosa de Maras (gângues), alimentados pela pobreza, pela falta de oportunidades e pelo desemprego, desempenham um papel destacado. Tanto os traficantes quanto os líderes de Maras tiram proveito dessa situação, o que facilita o recrutamento forçado de integrantes para as gângues, a fim de realizar suas atividades criminosas. No entanto, o tráfico de drogas e a atividade de gângues não são os únicos fatores que contribuem para a violência e os ataques às pessoas defensoras de direitos humanos em Honduras. O poder político e econômico em Honduras é controlado e manipulado por uma elite enraizada, com ligações estreitas com o exército e os serviços de segurança, que bloqueia iniciativas de reforma para proteger seus próprios interesses e frequentemente está por trás de ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos que se opõem a seus projetos.

Em fevereiro de 2018, a Procuradoria-Geral de Honduras e a Asociación para una Sociedad más Justa (ASJ) lançaram uma contestação legal contra uma recente reforma legislativa denunciada pela crítica como um “pacto de impunidade”, “destacando as crescentes tensões entre defensores anticorrupção e as elites enraizadas”.¹⁵⁶ A reforma em questão, aprovada pelo Congresso em 18 de janeiro de 2018, teria bloqueado as investigações sobre alegações de corrupção por períodos de até três anos.¹⁵⁷ Segundo o Carnegie Endowment for Democracy, “não é mais possível pensar em corrupção apenas como feitos iníquos de indivíduos, sejam aquelas pessoas que pagam suborno nas ruas, funcionários/as do governo ou executivos/as de negócios. Em aproximadamente cinco dúzias de países, dos quais Honduras se destaca, a corrupção é o sistema operacional de redes sofisticadas que ligam os criminosos – incluindo assassinos – aos setores público e privado e cujo objetivo principal é maximizar os retornos para integrantes da rede. A corrupção está embutida no funcionamento das instituições desses países”.¹⁵⁸ Em 15 de fevereiro de 2018, o chefe da missão anticorrupção em Honduras da Organização dos Estados Americanos anunciou que renunciaria por falta de apoio das autoridades.¹⁵⁹ É essa combinação de corrupção institucional, nos níveis mais altos, e crime organizado que cria o contexto no qual pessoas defensoras de direitos humanos podem ser mortas com impunidade.

Como resultado do fracasso consistente do governo em lidar com essas questões, nos últimos oito anos Honduras vivenciou seus mais altos níveis de violência na história recente. De acordo com um relatório de 2017 do Fórum Econômico Mundial, Honduras ficou em nono lugar na lista dos 20 países mais perigosos do mundo.¹⁶⁰ Embora a taxa média de homicídios tenha diminuído de 86 mortes violentas por 100.000 habitantes (2011 – 2012) para 59 mortes violentas por 100.000 (2016), isto é mais de nove vezes a média global (de 6,4 mortes violentas por 100.000 habitantes).¹⁶¹ De muitas maneiras, o próprio Estado é a causa da insegurança, devido ao fracasso do sistema de justiça criminal em

EXISTEM MUITAS CAUSAS PARA A VIOLÊNCIA NO PAÍS, MAS O TRÁFICO DE DROGAS E A ATIVIDADE CRIMINOSA DE MARAS (GÂNGUES), ALIMENTADOS PELA POBREZA, PELA FALTA DE OPORTUNIDADES E PELO DESEMPREGO

levar criminosos à justiça e ao uso excessivo da força pela polícia, polícia militar e exército, que muitas vezes operam em conluio com gangues do crime organizado.¹⁶²

USO EXCESSIVO DA FORÇA DURANTE PROTESTOS PACÍFICOS

Um grande motivo de preocupação é o uso excessivo e desnecessário da força pelos órgãos de segurança durante protestos pacíficos.¹⁶³ A resposta do Estado aos protestos sociais tem sido culpar as pessoas defensoras de direitos humanos pela agitação e ameaçar a suspensão do status legal daquelas que “promovem a desestabilização do país”. De acordo com José Ángel Herrera, Diretor Regional do Ministério do Interior, “uma grande parte dos problemas decorrentes da crise política está sendo alimentada por organizações, neste caso algumas ONGs internacionais”.¹⁶⁴ A abordagem de “punho de ferro” do Estado pode ser observada na conduta de integrantes das forças de segurança hondurenhas, particularmente a polícia militar, e seu uso excessivo da força – incluindo força letal – para controlar e dispersar os protestos que ocorreram após as polêmicas eleições presidenciais de novembro de 2017.¹⁶⁵

Segundo um relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH, pelo menos 22 civis e um policial foram mortos/as durante os protestos, incluindo duas mulheres e duas crianças que morreram como resultado de tiros disparados pelas forças de segurança.¹⁶⁶ Embora alguns/mas manifestantes tenham executado atos violentos, o relatório afirma que “uma análise dos tipos de ferimentos sofridos pelas vítimas indica que as forças de segurança usaram intencionalmente força letal, indo além da ação dissuasora ou das táticas de autodefesa, inclusive, por exemplo, quando os manifestantes estavam fugindo”. Isso ficou evidente no caso de sete vítimas que morreram de ferimentos causados por tiros na cabeça.

Além disso, no contexto desses protestos, o ACNUDH documentou “atos de violência, intimidação e ameaças contra pessoas defensoras de direitos humanos, tanto individual quanto coletivamente. O ACNUDH também documentou violações aos direitos à privacidade e à propriedade, por exemplo, com pessoas defensoras de direitos humanos se tornando alvo de vigilância, sendo seguidas, fotografadas ou tendo seus computadores roubados. Tudo isso está acontecendo no contexto da estigmatização constante de seu trabalho, o que cria uma situação de alto risco para pessoas defensoras”.¹⁶⁷ Em 20 de fevereiro de 2018, o corpo de Luis Fernando Ayala foi encontrado no município de Concepción Sur, no Departamento de Santa Barbara. Seu corpo, que mostrava múltiplos sinais de tortura, foi mutilado e suas mãos foram decepadas.¹⁶⁸ Luis

Fernando era um ativista ambiental de 16 anos que vinha fazendo campanha contra projetos de mineração na área. Anteriormente, Luis Fernando, junto a outros/as jovens, havia sido hostilizado pela polícia militar por participar de protestos pacíficos para denunciar as irregularidades nas eleições de novembro de 2017. De acordo com o Observatory¹⁶⁹ “esses atos são parte de uma campanha sistemática de ataques públicos, verbais e físicos contra pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas em Honduras, que tem sido exacerbada no contexto atual de crise social e política no país”.¹⁷⁰

HONDURAS CONTINUOU A SER UM DOS PAÍSES MAIS PERIGOSOS DAS AMÉRICAS EM GERAL, ESPECIALMENTE AQUELES QUE TRABALHAM PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS À TERRA E AO TERRITÓRIO, OU PELA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

JOSÉ DE LOS SANTOS SEVILLA



operações ilegais de extração de madeira e mineração, que saquearam seus recursos sem consulta prévia às comunidades.

Na manhã de sexta-feira, 17 de fevereiro de 2017, José de los Santos Sevilla, líder do povo indígena Tolupán, foi morto a tiros em sua casa na comunidade de La Ceiba, em Montaña de la Flor, Francisco Morazán, no centro de Honduras. José de los Santos Sevilla, professor e líder comunitário, estava em casa quando cinco homens fortemente armados invadiram sua residência e atiraram nele várias vezes. José morreu instantaneamente. Por quase uma década, os povos indígenas Tolupán do norte de Honduras foram ameaçados, criminalizados e mortos por se oporem às

SHERLYN MONTOYA



Transexuais — Bonecas de Arco-íris), que faz parte da Arcoíris e se dedica à discussão e defesa de questões relativas a mulheres transexuais.

Em 4 de abril de 2017, Sherlyn Montoya, defensora de direitos LGBTI e mulher transgênero, foi encontrada morta nos arredores de Tegucigalpa, com o corpo mostrando sinais de tortura. Sherlyn Montoya era integrante da Asociación LGTB Arcoíris (Associação LGBT Arco-íris), uma organização que trabalha por igualdade e justiça para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexo (LGBTI) em Honduras. A defensora de direitos humanos também era integrante do Grupo de Mujeres Transexuales - Muñecas de Arcoíris (Grupo de Mulheres

ASSASSINATOS SELETIVOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

Evidências adicionais sugerem que o exército e a polícia responderam aos protestos perseguindo as supostas lideranças do movimento. Em 22 de janeiro de 2018, o defensor de direitos humanos Ramón Fiallos foi morto quando a polícia abriu fogo durante um protesto de rua realizado contra os resultados eleitorais no município de Arizona, Departamento de Atlântida. Ramón Fiallos¹⁷¹ era o Coordenador Comunitário do El Retiro MADJ¹⁷² (Movimiento Amplio que lucha contra la corrupción y para el bien manejo de los recursos naturales del país - Movimento amplo que luta contra a corrupção e para a gestão sustentável dos recursos naturais do país) e era conhecido por sua liderança e trabalho em direitos ambientais e sociais. Em 23 de janeiro de 2018, Geovanny Díaz Cárcamo¹⁷³ foi encontrado morto em uma parte isolada de Pajuiles, no município de Tela Atlântida. Geovanny era um ativo defensor de direitos humanos e também era membro do MADJ. Ele foi tirado de sua casa por soldados aproximadamente às 4:00 horas, sem mandado de prisão, e foi encontrado morto mais tarde no mesmo dia.

Independentemente da violência ligada à repressão aos protestos contra supostas fraudes eleitorais, Honduras continua sendo um dos países mais perigosos das Américas, em geral, para defensoras e defensores de direitos humanos, especialmente aqueles/as que trabalham pela proteção dos direitos à terra e ao território e pela proteção do meio ambiente.¹⁷⁴ As pessoas defensoras que trabalham nessas questões são vistas como antidesenvolvimentistas e percebidas como obstáculo à exploração dos recursos econômicos do país. Elas são alvos de campanhas difamatórias, orquestradas por atores estatais e não estatais para desacreditar seu trabalho. Elas são frequentemente intimidadas, ameaçadas e atacadas. Em junho de 2017, integrantes do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras - COPINH) foram alvo de um ataque armado quando retornavam de uma reunião. O COPINH é uma organização indígena Lenca que representa 200 comunidades Lenca nos estados hondurenhos ocidentais de Intibuca, Lempira, La Paz e Santa Bárbara. O Conselho defende as comunidades e seus recursos naturais em face de desmatamento, represas, projetos de mineração e outros megaprojetos que destruiriam seu modo de vida e o meio ambiente. Há contínuos ataques, ameaças e intimidações contra integrantes do COPINH e seus/as apoiadores/as, os quais se intensificaram após o assassinato de Berta Cáceres¹⁷⁵ em 3 de março de 2016.

No dia 15 de março de 2016, o colega de Berta, Nelson García, também foi morto a tiros e em 14 de outubro de 2016 houve um atentado contra a vida dos líderes do COPINH, Alexander García e Tomás Gómez Membreño, em dois incidentes separados.¹⁷⁶ ONGs locais confirmaram que tentativas legais de exigir reparação pelos ataques e assassinatos foram adiadas ou bloqueadas, como forma de atingir as pessoas defensoras de direitos humanos e forçá-las a abandonar sua luta. A maioria dos ataques contra defensores e defensoras permanece sem solução, em razão dos múltiplos obstáculos enfrentados durante o processo de investigação e julgamento. Embora o Sistema Nacional de Proteção para Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, Jornalistas, Comunicadores Sociais e Operadores de Justiça¹⁷⁷ tenha contribuído para alguns avanços na proteção de pessoas defensoras dos direitos humanos, os esforços para implementar um sistema de proteção adequadamente organizado e financiado para defensores e defensoras progrediram pouco.

ATAQUES CONTRA JORNALISTAS SÃO CRIMES CONTRA A SOCIEDADE COMO UM TODO ... SEM REPÓRTERES PARA DOCUMENTAR ABUSOS, ALERTAR O PÚBLICO E DENUNCIAR INJUSTIÇAS, OS VIOLADORES DE DIREITOS HUMANOS TÊM O PODER DE CONTINUAR AMEAÇANDO E MATANDO QUALQUER UM QUE DESEJAREM

SILVINO ZAPATA MARTÍNEZ



Às doze e meia da noite de sábado, 14 de outubro de 2017, Silvino Zapata Martínez foi assassinado em Masca, departamento de Cortés, na costa atlântica hondurena. Silvino estava saindo de seu restaurante quando dois atiradores dispararam repetidamente contra ele, deixando-o para morrer. Seriamente ferido, Silvino foi levado ao hospital em Cuyamel, mas morreu minutos depois de dar entrada. Silvino, 73 anos, era um respeitado líder da comunidade Garífuna (afrodescendente) e presidente do Conselho de Anciãos da comunidade. Ele havia feito campanha por anos para proteger o meio ambiente e os rios de sua região,

especialmente o rio Masca, onde empresários inescrupulosos, com apoio do governo, planejam construir uma represa hidroelétrica, sem considerar os danos ambientais envolvidos. Silvino e a comunidade conseguiram que o projeto parasse temporariamente, alegando que a empresa não havia realizado a consulta necessária para garantir o Consentimento Prévio, Livre e Informado da comunidade.

BERTA CÁCERES



Berta Cáceres era uma indígena Lenca que trabalhou por mais de 20 anos para defender o território e os direitos do povo Lenca. Em 1993, foi cofundadora do Consejo Cívico de Organizaciones Indígenas Populares – COPINH (Conselho Cívico de Organizações Indígenas Populares), que liderou campanhas contra os megaprojetos. Ela havia desafiado, com sucesso, madeireiras ilegais, donos de plantações, corporações multinacionais e projetos de barragens que cortariam o fornecimento de alimentos e água para as comunidades indígenas. Ela recebeu ameaças de morte, de estupro e de ataque físico. Em 3 de março de 2016, ela foi morta a tiros por

homens armados que invadiram sua casa logo cedo pela manhã, na cidade de La Esperanza. Até agora, nove pessoas foram acusadas de assassinato, incluindo David Castillo Mejía, presidente executivo da empresa que constrói uma represa contra a qual Berta havia feito campanha. Ele é o quarto acusado a ter ligações estreitas com os militares hondurenhos.

Nos relatórios anuais de 2014,¹⁷⁸ 2015,¹⁷⁹ 2016,¹⁸⁰ e 2017¹⁸¹, a Front Line Defenders¹⁸² documentou um total de 64 pessoas defensoras de direitos humanos mortas neste período total de quatro anos, sendo: 17 em 2014, 7 em 2015, 33 em 2016 e 7 em 2017. Em contraste com 2016, o número de pessoas defensoras mortas em 2017 foi significativamente menor; no entanto, isso não significa que tenha havido um aumento no respeito ao direito e obrigação de defender os direitos humanos, mas sim que houve uma mudança nas estratégias usadas para obstruir o trabalho de defensores e defensoras. Recentemente, táticas como criminalização, difamação e estigmatização de pessoas defensoras têm sido usadas para restringir e impedir que elas realizem seu trabalho.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) insta frequentemente o governo a proteger as pessoas que são alvo de intimidação ou ameaças de morte como resultado de seu trabalho na defesa do meio ambiente.¹⁸³ Em seu relatório de 2015 sobre direitos humanos em Honduras, a CIDH descreve dezenas de casos de ataques, ameaças e assédio contra pessoas defensoras de direitos humanos. A Comissão concluiu que “a falta de uma resposta judicial provoca um clima adverso para o seu trabalho”, destacando que a impunidade tem repercussões diretas e graves para o trabalho de defensores e defensoras.¹⁸⁴

O caso de Berta Cáceres engloba os muitos problemas que pessoas defensoras de direitos humanos enfrentam em Honduras. Berta Cáceres, Coordenadora Geral do COPINH, foi assassinada em março de 2016 por homens armados que invadiram sua casa em La Esperanza, departamento de Intibuca. Berta Cáceres foi uma liderança internacionalmente reconhecida por sua campanha contra os impactos à saúde e ao meio ambiente causados pela construção da represa de Água Zarca, no rio Gualcarque. Berta havia relatado 33 ameaças de morte às autoridades e a Comissão Interamericana conclamou o governo a intervir para protegê-la. A polícia não investigou nenhuma das ameaças contra ela antes de seu assassinato. Em maio de 2017, as autoridades prenderam cinco homens por sua suposta participação no assassinato de Berta, incluindo um major do exército e o oficial responsável pelos assuntos sociais e ambientais da empresa contratada para construir a represa de Água Zarca. O promotor afirmou que o assassinato fez parte de uma conspiração da empresa. Em setembro de 2017, uma sexta pessoa foi detida e, em março de 2018, autoridades hondurensas prenderam Robert David Castillo,¹⁸⁵ Presidente Executivo da Desarrollos Energéticos Ltd (DESA), como o suposto autor intelectual do assassinato de Berta.¹⁸⁶ No entanto, a investigação foi marcada por numerosas irregularidades. Segundo a imprensa local, o arquivo do caso, que continha provas contra vários suspeitos, foi roubado do veículo do juiz em 29 de setembro de 2017. Embora a Suprema Corte de Justiça tenha anunciado que possuía cópias do arquivo, a maneira pela qual o governo lidou o incidente foi duramente criticada.¹⁸⁷ O International Advisory Group, em seu relatório¹⁸⁸ sobre o assassinato de Berta, concluiu que altos executivos e autoridades

hondurensas haviam coordenado seu assassinato, ressaltando a extensão do conluio entre o Estado e a iniciativa privada no país centro-americano.¹⁸⁹

DEFENSORES E DEFENSORAS LGBTI SÃO MAIS VULNERÁVEIS A SOFRER ATOS DE VIOLÊNCIA POR UMA COMBINAÇÃO DE FATORES RELACIONADOS À PERCEPÇÃO DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, SEU PAPEL COMO DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS QUE ESTÃO DEFENDENDO

causa da crueldade e dos níveis de violência empregados em todos os casos. A falta de estratégias preventivas ou investigativas contribui para a prevalência da impunidade nesses casos. Estima-se que entre 2006 e 2016, aproximadamente 4.787 mulheres morreram em circunstâncias violentas em Honduras. De acordo com o Observatório da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH),¹⁹¹ 468 mulheres foram mortas em 2016 e 389 em 2017. A maioria desses crimes tem um denominador comum, a crueldade e perversidade com que foram perpetrados. Os riscos para as defensoras de direitos humanos é duplo: em nível político, elas são alvo de perseguição por seu trabalho em direitos humanos, mas também o são dentro de suas comunidades e até de suas próprias famílias. Em um período de três meses, de junho a agosto de 2017, IM-Defensoras¹⁹² publicou 14 alertas de ações urgentes referentes a ataques sofridos por defensoras, suas organizações e suas comunidades. A discriminação e a violência baseada em gênero criam riscos adicionais para mulheres ativistas que assumem um papel cada vez maior e mais visível dentro de diferentes movimentos sociais, na vanguarda da luta pela defesa da terra e do território. Entre 2012 e 2016, IM-Defensoras documentou 1.128 ataques e 13 assassinatos de defensoras de direitos humanos em Honduras.¹⁹³

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Segundo a Comissão Nacional de Direitos Humanos,¹⁹⁰ as mortes violentas de mulheres são motivo de preocupação, principalmente por

JORNALISTAS

Entre 2001 e agosto de 2017, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CONADEH) registrou a morte violenta de 70 profissionais da mídia. Em apenas 6 desses casos o agressor foi condenado, o que significa que 91% dos casos permanecem sem solução.¹⁹⁴ Os/As jornalistas que correm maior risco são aqueles/as que investigam corrupção governamental, violações de direitos humanos pela polícia militar e por forças de segurança do Estado ou crime organizado. Segundo a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, “os ataques a jornalistas são crimes contra a sociedade como um todo [...]. Sem repórteres para documentar abusos, alertar o público e denunciar a injustiça, os violadores de direitos humanos têm o poder de continuar ameaçando e matando quem quiserem”.¹⁹⁵

PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS LGBTI

Segundo o Centro Cattrachas de Monitoramento da Mídia¹⁹⁶ (uma organização feminista lésbica), entre 2009 e 2017, 277 pessoas LGBTI foram mortas em Honduras, incluindo 34 assassinatos em 2017.¹⁹⁷ Dado o nível de violência no país e o clima de impunidade para esses crimes, ser defensor/a de direitos LGBTI em Honduras é excepcionalmente perigoso. Em agosto de 2017, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) instou Honduras a adotar medidas específicas para abordar de maneira adequada e efetiva o padrão de violência contra pessoas defensoras LGBTI.¹⁹⁸ A Comissão continuou a acompanhar numerosos casos de violência perpetrados contra pessoas defensoras LGBTI em Honduras, como o assassinato de Paola Barraza,¹⁹⁹ uma defensora de direitos humanos transgênero e integrante do Conselho de Diretores da Associação Arco-Íris LGBTI, e o assassinato do defensor LGBTI René Martínez,²⁰⁰ que era presidente da Comunidade Gay Sampedrana,²⁰¹ um grupo de incidência LGBTI com sede em San Pedro Sula, que trabalha em todo o norte de Honduras. A Comissão observou que defensores e defensoras LGBTI são mais vulneráveis a sofrer atos de violência por uma combinação de fatores relacionados à percepção de sua orientação sexual e identidade de gênero, seu papel como defensores/as de direitos humanos e os direitos que estão defendendo.²⁰² Arco-Íris²⁰³ é uma organização que presta apoio a pessoas LGBTI vítimas de violência. Ela também trabalha em iniciativas de conscientização, promove programas

de prevenção ao HIV e faz lobby junto ao governo hondurenho para promover os direitos LGBTI no país. Entre junho de 2015 e janeiro de 2016, seis de seus/as integrantes foram mortos/as e vários/as outros/as foram vítimas de ataques físicos, intimidação e ameaças. Em 4 de abril de 2017, Sherlyn Montoya, uma defensora transexual e integrante da Arco-Íris, foi encontrada morta nos arredores de Tegucigalpa e seu corpo mostrava sinais de tortura.²⁰⁴



Oferenda oferecida por membros do COPINH para celebrar Berta Cáceres

© Amnesty International

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DE HONDURAS

Segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, a situação em Honduras, que já era frágil e sofre com altos níveis de violência e insegurança, provavelmente se deteriorará ainda mais se os responsáveis não forem responsabilizados por essas violações.²⁰⁵ O governo de Honduras deve:

- ❖ Fazer declarações públicas enfáticas reconhecendo o papel legítimo de pessoas defensoras de direitos humanos e comprometer-se a garantir sua proteção.
- ❖ Tomar medidas efetivas para permitir que o governo cumpra sua obrigação internacional de proteger todas as pessoas defensoras de direitos humanos, suas famílias, colegas e comunidades contra ameaças e represálias.
- ❖ Garantir que sejam implementadas medidas de proteção adequadas que respondam aos riscos, contexto, identidade e solicitações específicas de cada indivíduo.
- ❖ Fornecer recursos humanos, financiamento, liderança e apoio político necessários para garantir a implementação efetiva da lei de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos e suas regulamentações operacionais.
- ❖ Prover os recursos e o apoio político requeridos pelo Judiciário para processar os autores materiais e intelectuais de ataques contra defensores e defensoras de direitos humanos.
- ❖ Fortalecer o acesso à justiça para as comunidades indígenas e rurais, levando em conta as barreiras geográficas, linguísticas e culturais.
- ❖ Fornecer mais recursos ao escritório do Promotor Especial para Direitos Indígenas (Fiscalía de Etnias).
- ❖ Definir como pretende implementar todas as recomendações recentes da ONU relativas a: proteção de pessoas defensoras de direitos humanos; direito à terra e direitos dos povos indígenas; consulta e consentimento das comunidades; e direitos humanos e empresas.